

			Área: 190521 mm2		Âmbito: Nacional	
Título: Impostos					Temática: Gestão/Economia/Negócios	GRP: 4.0
2007/04/06	PUBLICO - ECONOMIA	Pág.1	Imagem: 1/3		Periodicidade: Semanal	Inv.: 12208.33



14

Impostos

Se o IVA descer
haverá poucos
impactos
nos preços

Título: Impostos				Ámbito: Nacional	GRP: 4.0	
2007/04/06	PUBLICO - ECONOMIA	Pág.14	Imagem: 2/3			Temática: Gestão/Economia/Negócios
						Periodicidade: Semanal

Impostos



Uma descida com pouca visibilidade

Tudo indica que o Governo pode voltar a baixar impostos a partir de 2009, se tudo correr como planeado na frente orçamental. Caso seja o IVA os portugueses podem não sentir o desagravamento do imposto

Título: Impostos			Âmbito: Nacional	
2007/04/06	PUBLICO – ECONOMIA	Pág.15	Imagem: 3/3	Temática: Gestão/Economia/Negócios
				GRP: 4.0
				Periodicidade: Semanal

Sérgio Aníbal

● Seja ou não em ano de eleições, o actual Governo parece decidido a realizar uma diminuição da taxa do IVA aplicada em Portugal. O ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, já disse que uma descida de impostos poderá ser possível assim que o défice ficar confortavelmente abaixo de três por cento e deu indicações de que a prioridade do Executivo nessa matéria irá para a redução do IVA. Aliás, quando em 2005 o Governo decidiu subir este imposto, fez questão de garantir que seria apenas uma medida de carácter excepcional.

À primeira vista, os portugueses poderiam esperar que essa medida lhes viesse a permitir pagar menos pelos produtos que compram. Mas a verdade é que existe o risco sério do efeito nos preços vir a ser muito mais pequeno do que o esperado. No passado, as experiências de diminuições da taxa de IVA, tanto em Portugal como noutros países da Europa, mostraram que, entre o desagregamento fiscal e a descida dos preços existiu sempre uma grande distância, que algumas vezes, nem chegou a ser ultrapassada.

Em Portugal, um dos poucos casos concretos registados foi a diminuição da taxa de IVA aplicada a bens alimentares e de restauração de 17 para 12 por cento durante o ano de 2006. O Governo recém-formado por António Guterres - e onde Teixeira dos Santos era secretário de Estado do Tesouro - dava, nessa altura, resposta a uma reivindicação de longa data do sector da restauração. No entanto, de acordo com a generalidade dos economistas, essa diminuição da carga fiscal quase não se fez sentir juntos dos consumidores. A inflação manteve um ritmo praticamente inalterado, o que parece indicar que a poupança acabou por ser sentida, não pelas famílias, mas sim pelas empresas, que acabaram por beneficiar de um alargamento de margens.

Outro exemplo, ainda mais recente, vem da Hungria. O Governo subiu a taxa intermédia do imposto em Janeiro de 2004 e, no início do ano passado, cortou a taxa máxima. Estas duas medidas foram alvo de um estudo publicado pelo Banco Central da Hungria e que concluiu que o efeito sobre os preços foi bastante diferente nas duas ocasiões. A subida de três pontos percentuais afectou, em média, o preço dos produtos em 2,5 por cento, enquanto a descida de cinco pontos apenas teve um efeito próximo de um por cento. Isto levou os autores do estudo a con-

cluir que “enquanto uma grande parte da subida do IVA foi transmitida para os preços no consumidor no espaço de poucos meses, o corte no IVA reduziu os preços a um nível muito mais pequeno, o que significa que levou a um acréscimo dos lucros do comércio, pelo menos no curto prazo”.

Um relatório da Comissão Europeia datado de 2003, destinado a avaliar o efeito da autorização de redução do IVA dada em 1999 para determinados sectores de actividade chegou a conclusões semelhantes. Bruxelas, que analisou também a situação vivida em Portugal nas actividades de reparação e renovação de residências e de assistência ao domicílio, verificou que não houve criação de emprego, a economia paralela não diminuiu e a descida dos preços ficou muito aquém do esperado.

Entre os especialistas contactados pelo PÚBLICO, é unânime a ideia de que existe o risco da descida de IVA passar ao lado dos consumidores. No entanto, assinalam, tudo depende do nível de concorrência que se vive em cada sector. “Acredito que a descida possa não se fazer sentir, mas a partir desse momento, isso passa a ser um problema do funcionamento do mercado”, afirma o fiscalista Diogo Leite de Campos. O economista Miguel Belezza afirma que os “os preços descerão ou não consoante o sector seja ou não competitivo”. Para o economista Octávio Teixeira, um defensor da descida do IVA, o que aconteceu em 1996 na restauração “poderá não se repetir agora porque na generalidade

Muitos impostos, poucos directos

Actualmente, Portugal é o país da Zona Euro que tem um maior peso dos impostos indirectos, como o IVA e o ISP, na sua economia. Pelo contrário, é um dos que menor peso regista ao nível dos impostos directos. Uma descida do IVA serviria para reequilibrar a situação, mas curiosamente iria no sentido oposto do que a maioria dos parceiros europeus está actualmente a fazer. Na Alemanha aumentaram o IVA e vão baixar o IRC. E em Espanha, onde o IVA está nos 16 por cento, atraindo muitos consumidores portugueses, o governo de Zapatero está agora a ponderar uma subida.

dos produtos de consumo, o nível de concorrência é muito maior”.

IVA, IRC ou IRS?

A possibilidade de uma descida do IVA, afinal, vir a ser pouco sentida pelos consumidores portugueses é apenas um dos argumentos que pode ser usado na discussão sobre quais os impostos que devem diminuir em Portugal. Efectivamente, em relação à aparente preferência do Executivo por corrigir o aumento do IVA que realizou em 2005, existem alguns opositores.

Um deles é o Governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio (que está entre os que menos entusiasmo demonstra pela possibilidade de um qualquer desagregamento fiscal em Portugal nesta fase) fez questão de afirmar, há três meses atrás, a sua preferência por uma descida do IRC, quando a situação orçamental estiver equilibrada. “No contexto da globalização, todos os países têm de ter em conta os impostos sobre as empresas para assegurarem e manterem a sua competitividade, desde que a situação orçamental o permita”, afirmou.

O aumento da competitividade, principalmente na atracção do investimento, é também o argumento usado por Miguel Belezza para dizer que “o IRC,

Um imposto em mutação

Data	Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA)	Efeito estimado na taxa média anual do IPC
1986	Introdução do IVA com as seguintes taxas: 0 por cento (bens alimentares não transformados e bens intermédios destinados à agricultura); taxa reduzida de 8 por cento (bens alimentares transformados e outros bens e serviços); 30 por cento (bens de luxo); taxa normal de 16 por cento (restantes bens e serviços). A introdução IVA determinou a eliminação de vários impostos indirectos.	
1988	Taxa normal aumentada para 17 por cento . Base do IVA ligeiramente alargada.	Efeito da alteração da taxa normal do IVA: cerca de 0.5-0.75 p.p.
1992	Eliminação da taxa zero e da taxa reduzida de 8 por cento ; Nova taxa reduzida de 5 por cento ; Taxa de 30 por cento inalterada; Taxa normal reduzida para 16 por cento . Alargamento considerável da base do IVA.	Efeito no IPC das alterações no IVA: cerca de 0.4 p.p.
1995	Taxa normal aumentada para 17 por cento . Eliminação da taxa de 30 por cento .	
1996	Redução da taxa de IVA que incide sobre serviços de restauração e alguns bens alimentares de 17 para 12 por cento ; Aumento do IVA sobre o gasóleo de 5 para 12 por cento .	
1997	Aumento do IVA sobre o gasóleo de 12 por cento para a taxa normal (na altura 17 por cento) .	
2002	Aumento da taxa normal para 19 por cento em Junho.	Efeito da alteração da taxa normal do IVA: cerca de 0.5-0.75 p.p.
2003		Efeito no IPC da alteração da taxa normal do IVA em Junho de 2002: cerca de 0.4 p.p.
2005	Aumento da taxa normal para 21 por cento	

FONTE: Banco de Portugal

mais tarde ou mais cedo vai ter de ser descido”. O ex-ministro das Finanças e ex-governador do Banco de Portugal afirma estar “convencido que este imposto em Portugal é, neste momento, mais alto que o dos nossos parceiros, mesmo tendo em conta que a taxa efectiva é muito diferente da nominal”.

E mesmo entre o IVA e o IRS, Miguel Belezza tem dúvidas quanto à melhor opção. “Inclino-me mais para descer as taxas dos escalões intermédios do IRS porque penso que o IVA acaba por ter menos efeitos negativos na actividade económica e no nível de desincentivo para o trabalho”. O economista reconhece, contudo, que seria importante fazer uma análise cuidadosa desta questão do ponto de vista da equidade, lembrando que a política de redistribuição do rendimento não é só feita ao nível dos impostos, mas também através da despesa pública.

As características regressivas do IVA face ao efeito progressivo do IRS estão entre os motivos de Octávio Teixeira para dizer que não tem “a mínima dúvida que a descida do IVA seria a melhor opção”. Efectivamente, enquanto o IVA afecta relativamente mais as famílias que gastam uma maior parte do seu rendimento em consumo (e que geralmente são as mais pobres), o IRS é um imposto com taxas mais altas para os

rendimentos superiores. “Se a opção for por uma descida do IRS, acredito que sejam os rendimentos mais altos a sair beneficiados”, afirma o ex-deputado do PCP, Octávio Teixeira defende que a descida do IVA seria ainda a mais correcta “do ponto de vista da competitividade da economia e também do benefício que traria para as famílias, permitindo dinamizar o consumo e, como consequência, a produção”.

Perante as vantagens e as desvantagens que cada um dos impostos apresenta, há quem coloque a hipótese, como Manuela Arcanjo, ex-secretária de Estado do Orçamento, de um desagregamento fiscal “com uma combinação de ajustamentos em vários impostos”. “Tudo depende do objectivo que se pretende atingir: se é o da competitividade pelos preços, do dinamismo do consumo privado ou do apoio ao investimento”, explica o economista.

Diogo Leite de Campos acredita, por seu lado, que “Portugal precisa de uma descida generalizada de impostos” para enfrentar a actual situação económica. “O IVA está a fazer o comércio português perder face ao espanhol, os 25% de IRC já não são concorrenciais e a localização das empresas é cada vez mais decidida também de acordo com o nível do IRS”, explica.

Vítor Constâncio, Governador do Banco de Portugal, prefere uma descida do IRC à diminuição do imposto sobre o consumo. Mas só quando a situação orçamental estiver devidamente equilibrada

